

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 154 , DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.

“ Altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 3.384, de 24 de novembro de 2010, que determina que os proprietários, arrendatários e locatários de terrenos são obrigados a mantê-los limpos, capinados, drenados e cercados, competindo-lhes também conservar limpos os passeios fronteiros aos mesmos, e dá outras providências”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica alterado o artigo 3º da Lei Municipal nº 3.384, de 24 de novembro de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º No descumprimento do art. 2º, a Administração Municipal aplicará ao responsável multa equivalente a 11 (onze) Unidades Fiscais do Município (UFMs).”

Art. 2º Os demais dispositivos constantes na Lei Municipal nº 3.384/10 permanecem inalterados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor a na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 1º de novembro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 154, de 1º de novembro de 2011, que *“Altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 3.384, de 24 de novembro de 2010, que determina que os proprietários, arrendatários e locatários de terrenos são obrigados a mantê-los limpos, capinados, drenados e cercados, competindo-lhes também conservar limpos os passeios fronteiros aos mesmos”*.

A presente proposta deve-se pelo fato de que a Lei ora alterada foi proposta por esse Poder, no qual acabou por imputar custo ao Poder Executivo, sem, contudo, apontar a origem da receita, conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000).

A Administração Municipal, através do Processo Administrativo nº 89.812, verificou que a aplicação do dispositivo ora alterado cria ônus significativo para o Município.

Destaca-se que para realização do serviço previsto no texto originar do art. 3º da Lei Municipal nº 3.384/10, tomando como exemplo o referido processo, o Município para cumpri-lo teve um custo de R\$ 2.436,24, superando, assim, em três vezes o valor da multa aplicada, no qual correspondeu à R\$ 759,00.

Nota-se que a multa tem caráter punitivo e não deve ser aplicada para a execução de serviço de responsabilidade do particular infrator.

Por fim, alerta-se para a necessidade da imediata alteração ora proposta, visto que, nos termos em que se encontra definido no referido dispositivo, e havendo a necessidade de realizar os serviços em lotes de grandes dimensões, acabará gerando custos expressivos para os cofres públicos.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos Vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal